



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 224 - DE 03 A 15 DE OUTUBRO DE 2001- R\$ 1,00

**O POR convoca
todas as correntes
de esquerda a
constituírem uma
FRENTE ÚNICA
ANTIIMPERIALISTA
Contra a guerra imperialista
Fora os EUA do Afeganistão**

Quinzena do Movimento Operário

Destacamos aqui algumas lutas e fatos importantes que ocorreram no período

CNI aponta diminuição dos benefícios

As negociações coletivas nos primeiros meses do ano tiveram como característica mais marcante a diminuição de cláusulas contendo benefícios. Com isso, caiu o salário indireto dos funcionários. Também aumentou a quantidade de horas extras e de contratos temporários. Para a CNI, pode-se repetir o que aconteceu em 1999, quando os sindicalistas deram prioridade à manutenção do emprego. Na análise, os acordos "deverão ser tão flexíveis quanto possível, de modo a permitir uma acomodação mais rápida das empresas às mudanças de cenário" e também para "minimizar os impactos negativos sobre o nível de emprego". Como se vê os patrões esperam aproveitar o clima de recessão para esfoliar vivos os trabalhadores tirando de todos os lados.

Bancários

A categoria sofre com a terceirização e com a demissão, tanto nos bancos privados como nos públicos a seguir relataremos alguns acontecimentos da semana:

Seis agências do Sudameris na Capital foram paralisadas no dia 17/08, durante duas horas, a manifestação visava chamar a atenção para demissões e terceirizações em setores do banco,

As agências atingidas foram Centro (na rua 15 de Novembro), Nova Paulista, Nova Cantareira, Faria Lima, Socorro e Conselheiro Carrão. O setor de compensação será um dos atingidos pela terceirização, processo que vai causar demissões.

Os bancos federais Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e o Banespa, privatizado recentemente, foram o objeto dos protestos Em São Paulo, em 23/09 houve atividades diante de quatro agências do BB e uma da Caixa. No Banespa da praça Patriarca, região central, a assembleia reuniu 800 funcionários.

Dia 25/09 ocorreram várias assembleias, uma das principais foi em frente ao Banco Safra, na avenida Paulista, região central da cidade. Mas a categoria

também está mobilizada junto a outros bancos da Grande São Paulo como o Bradesco de Alphaville, em Barueri. Elas reuniram 7 mil bancários

A Fenaban propôs 4% de reajuste, abono de R\$ 750 e participação nos lucros ou resultados (PLR) equivalente a 80% do salário mais R\$ 468 fixos. Os trabalhadores reivindicam 20,46% de reajuste salarial, entre reposição de perdas e aumento real.

No dia 26 as manifestações envolveram os bancários que trabalham no chamado Centro Velho da Capital. Com mais de 8 mil trabalhadores. Na assembleia, realizada na esquina das ruas Boa Vista e 3 de Dezembro, a proposta patronal foi rejeitada por unanimidade.

Uma das dificuldades é a divisão das manifestações por setor, esta política que é alimentada pela burocracia sindical, leva a não se fazer uma verdadeira mobilização que force a patronal a aceitar as reivindicações.

Saúde

Um grupo de 100 funcionários públicos invadiu dia 20/09 o prédio da Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo para exigir que o governo acelere as negociações dos acordos feitos durante a greve da categoria, realizada entre os dias 11 de junho e 12 de julho.

Na época, o governo prometeu criar um plano de carreira para o pessoal da Saúde e discutir aumento nos valores e alterações nos critérios para pagamento do prêmio de incentivo

Metalúrgicos

Pelo menos 30 mil trabalhadores em montadoras foram atingidos pelas medidas de redução na produção. Depois da Volkswagen anunciar férias coletivas em São Bernardo, de 10 ou 20 dias, em outubro, a Fiat iniciou "parada técnica na fábrica de Betim (MG). As coletivas na Volks deverão atingir 10.500 trabalhadores, enquanto a parada na Fiat afetará quase 7 mil empregados.

O negociador do Sindipeças, Drausio Rangel, disse que as empresas do seg-

mento não terão como dar 15% de reajuste aos metalúrgicos de São Paulo, que entregaram a pauta de reivindicações. Outras empresas do setor vão diminuir o ritmo. A Scania, em São Bernardo, negocia com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC a redução da jornada em um dia. Na Ford, a semana de quatro dias está em funcionamento na fábrica de automóveis, com 1.400 funcionários. A de caminhões, com 800, funciona normalmente. A General Motors já havia suspenso a produção às sextas em São Caetano. A DaimlerChrysler (antiga Mercedes-Benz) já avisou ao sindicato do ABC que irá reduzir a produção em outubro. O volume será diminuído em pelo menos cinco unidades diárias.

A Volkswagen anunciou a abertura do programa de demissões voluntárias (PDV) na fábrica de São Bernardo, que tem 16 mil empregados. O planejamento interno (de longo prazo) prevê uma unidade com até 10 mil empregados.

A reestruturação está vinculada ao PQ 24, modelo que começará a ser comercializado em 2002. A Volks quer negociar terceirização e automação em várias áreas. "O produto novo só garante 10 mil pessoas.

SINTE/RN

10 de outubro é a data limite que a diretoria do Sinte (Sindicato Estadual da Educação) deram para que o governo conceda 20% referente a regência de classe. Os servidores poderão voltar a lutar pelos seus direitos, paralisando as funções mais uma vez por tempo indeterminado.

Servidores Municipais de Mossoró

A representação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Mossoró (SINDSERPUM) está surpresa com a quantidade de ações individuais de servidores já coíndas contra a Prefeitura Municipal de Mossoró (que já somam 50 reclamações) A surpresa é porque a direção achava que muitos se sentiriam intimidados a mover uma ação individual

contra a prefeitura. No entanto, o quadro de insatisfação se apresenta crescente e os servidores não estão com medo de buscar os seus direitos. Os servidores mais prejudicados no momento que são os que atuam nas secretarias, serviços públicos, educação e, principalmente, os garis que trabalham com as coletas hospitalares, interna e domiciliar.

O Problema é que não podemos confiar nas ações para obtermos conquistas e sim na luta. É necessário que os companheiros se organizem e exijam seus direitos através de mobilizações e outras formas de ação direta

Servidores do INCRA/Fortaleza Voltam à paralisação

Cerca de 80 servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) paralisaram suas atividades Fortaleza. Em agosto, os trabalhadores aderiram, por alguns dias, à greve dos servidores federais, mas retornaram

ao trabalho poucos dias depois. Agora, decidiram continuar a luta que tem entre as principais reivindicações a reposição salarial e a garantia do emprego.

Greve na UFC

No dia 28/09 os servidores da Universidade Federal do Ceará (UFC) se reuniram em assembléia e optaram manter a greve, que já dura 58 dias. Enquanto isso, o ministro da educação, Paulo Renato já avisou que não haverá salário de setembro para quem não voltar ao trabalho imediatamente.

A criação de sete grupos de trabalho (GTs) e a liberação de recursos da ordem de R\$ 350 milhões, que serão incorporados à folha de pagamento, marcaram o início das negociações entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e os servidores federais

Os grupos estarão discutindo sobre: regime de trabalho, calendário de curso para docentes e para técnicos

co-administrativos, incorporação das gratificações para os docentes, criação de gratificações para técnicos-administrativos, assistência estudantil e meia entrada e financiamento das Instituições Federais de Ensino (IFE)

Não devemos esmorecer, pois certamente destas reuniões não sairão o atendimento de nossas reivindicações.

Servidores da Justiça Estadual SP

Bravamente a paralisação dos servidores da Justiça Estadual para exigir 54,31% de reajuste já passou de um mês. Segundo dados da própria Justiça vai levar pelo menos três meses para normalizar o andamento dos quase 10 milhões de processos que tramitam nas 224 comarcas e 99 fóruns distritais no Estado após o encerramento da greve dos servidores. Mesmo com a pressão dos Juizes e com o corte do Pagamento a adesão continua alta. Esta é uma prova para o Bonilha : não se deve mexer em vespeiro com vara curta.

Semana de 4 dias: não garante o emprego

A Volkswagen anunciou que irá demitir. Diz o patrão que há um excedente de 3000 operários. Força, com isso, a implantação do acordo de 1998 da semana de 4 dias. A "reestruturação produtiva" em São Bernardo, PQ24-novo modelo da Volks, só garante emprego para 10 mil trabalhadores. Hoje, são 16 mil. Portanto, o excedente é de 6 mil e não de 3 mil como diz a empresa. A tal da reestruturação também prevê terceirização, forma descarada de desemprego.

O acordo de 98 que estabelecia a semana de 4 dias previa: redução da jornada com redução de salário. As direções sindicais diziam que era a única forma de evitar o desemprego de 7.500 trabalhadores. O resultado não foi esse. Houve redução salarial e desemprego. E ainda a fábrica continua com as ameaças de mais desemprego.

O patrão chama os operários para convencer que não há outra saída

Os capitalistas são espertos. Usam de todos os recursos para inibir a luta dos operários. Na Volks, os trabalhadores são chamados para ouvir os lamentos da

empresa. Os gráficos são apresentados para mostrar os prejuízos. Os argumentos são sempre os mesmos: a crise está derrubando a venda dos carros, a empresa está no vermelho, os salários são mais altos do que os das outras montadoras etc.

Uma parte dos operários acaba se convencendo de que não há outra saída senão aceitar a redução do salário, a demissão "voluntária" (PDV), a terceirização e o acordo da semana de quatro dias. Outra parte está à mercê da conversa-mole da direção do sindicato. Com isso, o empresário está de mãos livres para pressionar os operários a aceitarem o PDV e outras desgraças.

Semana de 4 dias não garante emprego e nem o fim da terceirização

A aceitação do acordo de 98, a semana de 4 dias, não quer dizer que o patrão não irá mais demitir. Não significa que não irá mais terceirizar. Semana de 4 dias é uma coisa. Demissão é outra. E terceirização é também outra coisa.

Por isso, não podemos cair no conto do vigário. A reivindicação de redução

de jornada feita pelos operários tem o objetivo de garantir o emprego não só para quem está na fábrica, mas também para os milhões que estão desempregados. Está acompanhada de aumento salarial e não de redução. Trata-se da defesa contra a superexploração do trabalho.

Diretoria do sindicato ficará calada

Luiz Marinho (presidente do sindicato metalúrgico do ABC) disse que só irá negociar a "flexibilização" da jornada após o fim da campanha salarial. Disse: "Nossa prioridade é a campanha salarial". E que não existe nada de oficial por parte da empresa.

Isso que é colaboração com o patronato! Espera encerrar a campanha salarial para depois assinar o acordo de redução da jornada e salário.

Os operários devem exigir uma só campanha: salário e emprego. Uma coisa está associada a outra. É preciso garantir o reajuste salarial, emprego a todos, pôr fim a tramóia da terceirização, da "flexibilização" da jornada e outras armas usadas pelos patrões para demitir.

É necessário combater o desemprego

Começar enfrentar a tática patronal da desmobilização e divisão dos trabalhadores

As montadoras voltaram aplicar as férias coletivas. Os operários estremeceem só de ouvir a palavra. Sabem que virão demissões e que os capitalistas usarão o terror do desemprego para não dar reajuste salarial, ou até mesmo rebaixarem salários e arrancarem direitos trabalhistas. De fato, a campanha salarial dos metalúrgicos do ABC e São Paulo passa por essa situação. Os patrões jogam com o argumento da crise, mostram o excesso de produção resultante da queda das vendas, revelam a intenção de cortes e exigem que os trabalhadores permaneçam caladinhos. As direções sindicais corrompidas até os dentes se apóiam no jogo dos capitalistas para acuar a parcela disposta a ir à luta e reforçar o temor da parcela mais conservadora.

O objetivo dos exploradores e da burocracia sindical conciliadora com o capital é o de espremer os operários contra a parede para que se possa demitir sem que haja luta. Cria-se uma tremenda divisão entre as fileiras dos trabalhadores. A parcela mais temerosa pressiona a mais disposta para não se fazer nada. Cria-se a idéia que sem luta as demissões poderão ser vantajosas, graças a acordos negociados em torno das "demissões voluntárias".

A demissão é coletiva, mas ela comparece individualizada. Os que não forem demitidos ficarão aliviados por mais algum tempo e os que forem para a rua sabem que dificilmente encontrarão outro trabalho, mas acreditam que essa é sua sina, que é sua má sorte. Receberão uns trocados a mais como compensação, apresentada pelo capitalista como bondade e pela direção sindical traidora como o melhor acordo possível nas condições de crise. Está aí a forma de arrebentar a capacidade de resistência ao desemprego através da organização do movimento coletivo da classe operária.

É preciso que a parcela disposta à luta atue no sentido contrário, rechaçando a manobra da patronal e dos dirigentes sindicais traidores.

A classe operária tem meios para combater o terror do desemprego

O ponto de partida do enfrentamento é compreender que só a luta pode preservar os postos de trabalho. Se os estoques estão altos e os patrões poderão usá-lo a seu favor, a saída é mudar a tática de luta e não chegar à conclusão de que não há nada a fazer. Temos de usar a força coletiva da classe operária e o fato de sermos nós quem produz. A luta contra o desemprego passa a ser uma luta política contra os exploradores e seu sistema capitalista de exploração, fome e miséria da maioria.

As bases devem exigir que a luta contra as demissões não se limite a uma fábrica, mas que seja estendida a toda classe operária. A bandeira de não às demissões e fim do desemprego deve ser de todo movimento operário. É assim que coletivizaremos o problema, elevaremos nossa consciência política sobre a luta de classe (classe operária contra a classe capitalista) e encontraremos meios coletivos de combate.

Nossos meios: assembléias de fábrica que desemboquem na assembléia geral; formação de comitês de greve por fábrica a partir das assembléias; comando geral de greve formado pelos mais firmes representantes dos comitês de greve; comitês de autodefesa da greve contra a violência patronal e da polícia; greve com ocupação de fábrica planejada para sustentar a luta coletiva; manifestações de rua, bloqueios, piquetes massivos que unam empregados e desempregados. Dirigir o chamado a luta a toda classe operária, mostrando que no capitalismo ou se luta ou se morre de fome.

Controle operário da produção e escala móvel das horas de trabalho

Aos capitalistas e seus sindicalistas capatazes, exigiremos que abram os livros de contabilidade para mostrar quanto lucram. Os operários que tudo produzem e estão sendo demitidos têm

o direito de saber tudo sobre a administração dos capitalistas e do funcionamento das fábricas. E não queremos que apenas um ou outro capitalista falido abra o livro de contabilidade, **mas sim de todos os capitalistas. Queremos saber como funciona o capitalismo e os lucros, que provocam tanto desemprego e miséria.**

Toço trabalho é feito pela classe operária, por isso mesmo devemos lutar pelo controle operário coletivo da produção. O que quer dizer mandar coletivamente na fábrica e retirar o poder dos capitalistas de demitirem quando bem entenderem.

Junto com as bandeiras de abertura dos livros e controle coletivo da produção, deve vir a de **escala móvel das horas de trabalho**. Quer dizer: dividir entre todos operários, em todo país, as horas nacionalmente trabalhadas entre todos aptos ao trabalho, de forma que a jornada de trabalho corresponda à necessidade de emprego a todos e não mais a necessidade do capitalista explorar e lucrar mais.

Outras bandeiras intermediárias se colocarão, como nenhuma demissão, estabilidade etc, mas sem que se perca o objetivo central da luta operária, que é o emprego a todos e fim da exploração capitalista do trabalho.

Nosso problema é ter uma política operária

Como se vê, temos de enfrentar o desemprego estrutural do capitalismo com a política operária, que é oposta à política patronal, da qual faz parte a liderança sindical corrompida e colaboracionista. Trata-se dos trabalhadores começarem a traçar uma política proletária (operária) para os problemas criados pelo capitalismo em crise.

A essência da política burguesa é: que morram operários sem emprego e de fome, mas sobreviva o capitalismo de lucro e boa vida para os patrões.

A essência da política da classe operária é: que morra o capitalismo explorador, mas que vivam os operários que tudo produzem.

Alianças eleitorais do PT

O PT procura ampliar o máximo as alianças. As negociações em torno do PL (Partido Liberal) não se encerraram. Para o PT, a junção com o PL significa ganhar os votos dos evangélicos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus. São mais de 2 mil igrejas, sob o controle do bispo Edir Macedo, conhecido corrupto. Significa dinheiro para campanha, pregações e votos à vontade. Não é por acaso que José Genoíno não mede esforços para concretizar a aliança.

O PT corre atrás do peemedebista José Alencar (MG), que acabou de deixar o PMDB. O senador José Alencar disse estar mais propenso a ir para o PL, mas sua posição é de "apoio incondicional a Lula". Jogou confetes em Lula dizendo que se trata de um candidato experiente e sua vitória seria uma boa opção para o

Brasil. Por outro lado, o PT tenta atraí-lo para a vice-presidência da chapa de Lula. O ex-PMDB não despreza esse convite de Lula.

Para o PT, a aliança com José Alencar significa trazer muitos votos do segundo colégio eleitoral do Brasil, Minas Gerais. Não importa o passado do senador, o partido que defendeu até ontem e muito menos se tem simpatia com o PL. O que importa é que José Alencar é um rico empresário, dono da Coteminas (fábricas das marcas Artex e Santista).

O PT para ganhar as eleições corre atrás dos direitistas, dos burgueses e dos religiosos. As correntes internas, os chamados radicais do PT, dizem que esse tipo de aliança não será aprovado no Encontro do PT. Isso não tem importância. O que existe de fato é que o PT está

disposto a fazer aliança com os partidos da ordem burguesa, sustentadores do governo pró-imperialista de FHC.

A presença de José Alencar numa chapa com Lula expressa o conteúdo de classe das candidaturas e do PT. Ou seja, o PT apresenta-se perante a burguesia como um partido definidamente pró-capitalista. Não há muita novidade nisso. Há muito os reformistas, de extração operária ou da pequena-burguesia, assumiram a defesa da exploração do trabalho e se apresentaram como inimigos da revolução socialista. O que é preciso frisar é a capitulação das correntes de esquerda, como DS, O Trabalho etc. Com o argumento de que disputam posições internas, alimentam um partido da contra-revolução, procurando em prestar-lhe uma máscara de esquerda.

Guarulhos -SP

Lutar Contra a Terceira Pista

Não é de hoje que os moradores dos Bairros Jardim Marilena, Malvinas, Jardim Novo Portugal, Cidade Seródio, Haroldo Veloso, Santa Lídia, jardim Planalto e outros andam enganado sobre o andamento da terceira pista

Agora mais uma vez tentam nos enrolar e fazer acreditar que vereadores, deputados, ou o prefeito podem resolver nossos problemas.

Primeiro o Sr. Thomeu que hoje diz que está do nosso lado contra a 3ª pista, será mesmo?

Por acaso não foi esse o mesmo Thomeu quando prefeito em 1990 quem obrigou pela primeira vez Câmara a votar a lei de Zoneamento que limitava as construções e demais benefícios.

Agora falou que iria pedir uma audiência com o governador para a comissão.

Pois bem como tínhamos essa audiência arrumada pelo senhor Thomeu não passou de um engodo. Fez isto para desmobilizar o ato que a Comissão estava preparando para repudiar a assinatura da região como área de interesse público, primeiro passo contra a desapropriação.

Existe também a tentativa de acordos entre o governador Aickimim e o prefeito

Pietá (neste acordo a prefeitura cederia um terreno e o governo construiria um conjunto habitacional, não seria aos moldes da COHAB que são tão pequenos que para uma pessoa entrar outra tem que sair?).

Já se tem 100 milhões de reais para indenizarem cerca de 10 mil famílias, ou seja cerca 10 mil reais para cada família, ou seja com esta indenização não dá pra construir nem um barraco debaixo da ponte.

Temos que defender nossa moradia. Não adianta nos iludirmos em que o parlamento, o executivo ou o judiciário poderão fazer as coisas por nós.

Por isto precisamos nos organizar:

Não Queremos a Terceira Pista!

Liberação da Região para que Possamos ter: Água, Asfalto, Luz, Escolas, Postos de Saúde e todos os Benefícios que Precisamos

Só nossa Própria Organização Poderá nos Ajudar

Não Confiar no Parlamen-

to

Organizar as Comissões por Bairro e que estas Participem da Comissão Geral

Adquira com o distribuidor deste jornal



A desintegração do capitalismo e o conteúdo da ofensiva imperialista
As posições das correntes e partidos
Manifestos do POR brasileiro, argentino e chileno

US AG

Contra a guerra imperialista
Fora os EUA do Afeganistão!

Partido Operário Revolucionário

Congresso da Apeoesp:

Articulação/PT e Causa Operária aliados no combate à Democracia Operária

No congresso da Apeoesp será debatido um dos aspectos da democracia sindical: a proporcionalidade para composição da diretoria do sindicato. Das dez teses apresentadas, somente duas são contra a proporcionalidade - a da diretoria e da Causa Operária. O PCdoB defende que é necessário uma composição "proporcional qualificada, onde todas as chapas que atingirem um percentual mínimo de votos farão parte da diretoria". O grupo petista Articulação Renovada - Artnova - propõe o critério de 20%, caso haja duas chapas concorrendo, e 10% quando forem três chapas. As demais correntes políticas se apoiam na proporcionalidade direta, sem indicar percentual.

A tese da Corrente Proletária na Educação (n.4) diz que a proporcionalidade é a materialização da própria luta de classe que se processa no interior da direção sindical. Ajuda a base compreender as diferentes posições políticas que se manifestam nas assembleias, congressos e nas atividades sindicais. Capacita e tempera politicamente os trabalhadores no seu combate ao governo e à burocracia. Trata-se de um meio para eliminar o burocratismo e aparelhismo autoritário da Articulação/PT, que dirige monoliticamente a Apeoesp por mais de duas décadas.

Articulação teme perder o controle do aparelho (Apeoesp)

A burocracia da Apeoesp apresenta quatro argumentos contrários à proporcionalidade: 1) diz que traz "para o seu interior a mesma disputa que permeia as demais instâncias da Apeoesp"; 2) "leva-

ria a paralisia da entidade"; 3) que é impossível em função das "dificuldades de convivência interna com grupos que utilizam-se de práticas truculentas e anti-democráticas"; 4) e que existe ausência de "maturidade política e compromisso com os interesses maiores de nossa categoria...".

Como se vê, a diretoria como teme perder o controle da Apeoesp usa as justificativas mais absurdas possíveis. Como não trabalha para elevar politicamente a classe, trata as divergências como sendo maléficas. Joga com a pouca formação política de um setor da classe para dizer que as diferenças de opiniões enfraquecem a atuação do sindicato. E, por fim, culpa correntes políticas de serem antidemocráticas e truculentas.

O contrário é o verdadeiro. As discussões abertas e as divergências fortalecem a classe e dão coesão à luta coletiva contra as medidas governamentais. Não há como esconder as diferenças de posições políticas senão usando e agindo repressivamente contra os oponentes. É o que se passa na Apeoesp. A diretoria usa de todos os mecanismos, inclusive a Justiça burguesa, para incriminar e punir seus opositores. A prática de esconder uma realidade que é inerente ao sindicato (organismo de frente única) só pode se efetivar às custas da eliminação da democracia. É preciso entender que as divergências devem ser decididas pelo voto da classe e não por medidas administrativas, morais ou punitivas.

Na verdade, por detrás da rejeição à proporcionalidade está a eliminação de vários princípios da democracia operária: as assembleias soberanas, o controle da direção pela base, a revogabilidade

do mandato etc. Hoje, sequer a burocracia convoca assembleia para decidir a campanha salarial. Atua por cima da classe impondo a política do reformismo petista.

Causa Operária rechaça a democracia operária

As justificativas de PCO contra a proporcionalidade são duas: 1) "a proporcionalidade é um ataque à democracia interna no interior da entidade"; 2) "serve apenas para sufocar os setores minoritários e independentes e permitir a repartição do bolo entre aqueles que compartilham da mesma política". Para argumentar, usa os exemplos dos corrompidos burocratas sindicais que adotaram a tal proporcionalidade. E tira como conclusão que a proporcionalidade serve para que "todos tenham oportunidade de trair as greves, boicotar as lutas, capitular e meter a mão na grana".

Na realidade, PCO tem o mesmo temor dos burocratas da Articulação: perder o controle do aparelho sindical. A experiência de PCO na direção de sindicato nada tem a ver com a democracia operária. Como todo burocrata, saqueia o sindicato, usa de métodos gangsteris para combater os oponentes, utiliza da Justiça do Estado para resolver conflitos internos e se apodera das benesses do cargo de direção.

Eis aí por que o PCO e Articulação, aparentemente tão diferentes, são na essência iguais. Ambos querem se manter no poder do aparelho sindical, continuar usufruindo das regalias e agindo por cima das decisões e controle da base sobre a direção.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Debate sobre a situação política mundial

A Corrente Proletária na Educação participou nos debates realizados em Mauá, Cotia, Suzano, Poá e nas regiões Oeste e Leste da Capital sobre a conjuntura atual. Na maioria, as discussões centraram sobre o terrorismo e a guerra imperialista armada pelos Estados Unidos. Os principais pontos expostos foram:

O ataque terrorista foi o estopim para a guerra imperialista. A crise mundial já vinha empurrando para a guerra. Os choques constantes com o Iraque, os conflitos entre China/Taiwan, o intervencionismo norte-americano na Colômbia etc mostram que as tendências bélicas já estavam colocadas.

A guerra imperialista é uma das manifestações de desintegração do capitalismo, que se projeta em destruição maciça de forças produtivas. As indústrias bélicas e os setores ligados às investigações (serviços de inteligência) são impulsionados. Não por acaso, logo após o atentado, o Congresso aprovou o gasto inicial de 40 bilhões de dólares e o aumento de recursos para o Pentágono, passando para 329 bilhões de dólares em 2002. Dependendo das ações militares dos Estados Unidos, podem favorecer as indústrias de equipamentos blindados, a exemplo da General Dynamics ou beneficiariam a Lockheed, a Boeing e a Northrop (indústria de aviões de espionagem), caso seja travada no ar. O que se verifica que o volumoso dinheiro favorecerá a indústria de guerra.

O governo Bush enviou ao Congresso o projeto que institucionaliza as medi-

das de caça aos movimentos terroristas e de outra natureza. As escutas telefônicas, expulsão dos "suspeitos", as rastreamento das contas bancárias etc não necessitariam de investigações mais "apuradas". Amplia, portanto, a fascitização do Estado sobre os movimentos.

Essa guerra é de caráter imprevisível. Nem os Estados Unidos têm idéia de seu alcance. A campanha mundial armada por Bush visa ganhar apoio para a ofensiva bélica. Os Estados Unidos procuram centralizar as potências imperialistas em torno da ação bélica. Com isso, põem em evidência a farsa dos organismos mundiais, como a ONU. A decisão do governo americano está acima dos chamados "conselhos" obtidos nas reuniões da ONU. A OTTAN se moverá pela decisão tomada por Bush.

Os Estados Unidos atuam para isolar o Afeganistão. Pressionam os países semicoloniais do Oriente para apoiar a guerra. Aos países como Paquistão e a Índia, que sofriam represálias (desde 1998) americanas em função dos inventos ligados à bomba atômica, foram prometidos o fim do embargo e liberação de recursos através do FMI. Pressionam os demais em manter fiéis às ações bélicas

sobre o Afeganistão e países que "protegem" os grupos terroristas. Em troca, esses países recebem recursos e apoio político e militar a seus governos.

Há um rechaço mundial das massas contra o intervencionismo militar dos Estados Unidos. Está se desenvolvendo um movimento antiimperialista de massa, particularmente nos países ameaçados e de maioria muçulmana. A greve geral e as manifestações diárias no Paquistão, a revolta popular no Afeganistão e em outras partes expressam o sentimento antiimperialista dos povos oprimidos.

As condições são boas para defender as bandeiras antiimperialistas. A consigna de Frente Única Antiimperialista deve ser desenvolvida pelo partido. Nossa posição de condenar os Estados Unidos pelo atentado foi acertada. As correntes políticas, PT e PCdoB, condenaram a ação terrorista e com isso acabaram se colocando do lado dos Estados Unidos. Nenhuma condenação ao atentado e sim ao imperialismo norte-americano. Deve explicar o método da insurreição das massas - revolução proletária, sem condenar o atentado ocorrido aos Estados Unidos.

Todo apoio à greve nas Federais

A perda do semestre é culpa do governo!

Unificar nacionalmente as greves na educação!

Continuam as greves nas universidades federais. Em 18 delas, a greve é também dos estudantes. O governo tem reprimido o movimento e ameaçado com o corte de ponto, demissão e contratação de temporários para evitar a perda do semestre letivo e inviabilização dos vestibulares.

A greve tem como principal reivindicação a reposição salarial, que tem servido como ponta de lança do movimento de defesa da universidade pública. Os estudantes também reivindicam o fim

das fundações, que são instrumento de privatização.

As questões mais importantes colocadas são:

1- A greve não pode recuar em função da possível perda do semestre. Ao contrário, deve denunciar que a responsabilidade por ela é do governo, que se nega a atender as reivindicações.

2- A unidade da comunidade universitária só pode se efetivar sob a liderança do movimento estudantil. São os estudantes o setor que, pela sua condição ob-

jetiva desvinculada da carreira profissional e do corporativismo, almeja o atendimento das reivindicações do conjunto da comunidade. As assembleias unificadas para a unificação de pautas, comandos de negociação e mobilizações é condição para se efetivar a unidade real.

3- É preciso ampliar o movimento, rumo à greve nacional da educação. Todas as universidades devem chamar assembleias gerais universitárias e aderir ao movimento grevista das federais.

Estudantes

Regulamentação das Fundações é adiada na USP

No último dia 04 de setembro, cerca de 200 estudantes impediram, com um piquete, a entrada dos membros do Conselho Universitário da USP na reitoria, onde se votaria a regulamentação das fundações.

Tudo aconteceu em meio a uma semana de recesso escolar, não havia aulas na universidade, e a reitoria realizaria assim seu objetivo às costas da comunidade.

O reitor contratou cerca de 40 bate-paus para reprimir o movimento. Na véspera, roubaram com ajuda de um caminhão os cerca de 40 pneus que estavam junto ao DCE para serem queimados na manifestação. Cercavam o prédio da reitoria sob as ordens da Guarda Universitária. As provocações e empurrões aos estudantes foram constantes.

Como não pudessem realizar as votações do CO em outro local por razões regimentais, tentaram negociara entrada no prédio, retirando de pauta o ponto das fundações. A verdade é que chegou a acontecer uma reunião

da nata da burocracia universitária num prédio na Escola Politécnica, onde estudantes foram agredidos pelos bate-paus contratados pela reitoria. Acontece que não chegaram a um acordo sobre a votação da regulamentação. Setores da burocracia pretendem maior vantagem para seus grupos e querem conquistar mais apoio político para o projeto.

No final, a retirada de votação das fundações acabou sendo uma vitória do movimento estudantil. Isto apesar da direção do DCE, ligada a parlamentares petistas, não ter movido uma palha para convocar a manifestação. O mesmo se pode dizer da chamada oposição (Força Socialista e aliados), que apesar de terem aprovado na assembleia a proposta de convocar nas salas de aula a manifestação, a boicotaram. O POR havia defendido uma paralisação dos estudantes na universidade para discutir e convocar o dia 04/09 (vide Massas 221). E convocamos nas salas de aula o dia 04, com nossas limitações organizativas.

A direção do DCE ainda tem agravantes, que são o de ter defendido levar a discussão das fundações para o apodrecido e corrupto parlamento (assembleia legislativa), onde o poder econômico impera e decidiria arbitrariamente em seu favor contra a comunidade universitária, e o de defender publicamente e junto à imprensa apenas um maior "controle e transparência" das fundações e não o seu fim. Essa posição de conciliação com as fundações é uma traição ao movimento estudantil, que aprovou em seus fóruns o fim das fundações.

Os estudantes têm de dar uma resposta mais contundente às fundações: trata-se de organizar um movimento pela expulsão de toda organização privatista da universidade: ocupar as fundações e impedir seu funcionamento, exigir que todos os cursos de extensão sejam gratuitos, nenhuma taxa na universidade, que o Estado sustente a universidade e não interfira em seu funcionamento.

Grêmios nas escolas, mas não com o estatuto proposto pelo PCdoB

Os estudantes têm ampliado sua mobilização pelas reivindicações, diante das medidas destruidoras do ensino aplicadas pelos governos federais, estaduais e municipais (inclusive os do PT), ditadas pelos organismos internacionais (Banco Mundial, Fmi etc.). E construído, no setor secundarista, grêmios estudantis para expressar sua organização.

Para construir um grêmio, é preciso formar uma comissão pró-grêmio, elaborar uma proposta de estatuto, discuti-la com os estudantes e convocar uma assembleia que o aprove e organize a eleição de sua direção.

Pela internet, é possível acessar uma proposta de estatuto elaborada pela direção da UBES (PCdoB). Essa proposta

tem vários problemas:

a- permite que o grêmio seja financiado por empresas privadas ou pelo Estado, quebrando portanto com sua independência. Contra isso, defendemos que o grêmio seja sustentado pelos estudantes e dependa de seu apoio para se manter.

b- submete o Conselho de Representantes à direção do grêmio, burocratizando-o. O Conselho de Representantes de classe tem de ser autônomo em relação à direção do grêmio, e subordinado aos estudantes, à sua assembleia geral. O controle burocrático só fará o Conselho se afastar dos estudantes, em benefício de preservar uma direção que pode estar em contradição com os interesses dos alunos.

c- submete o Grêmio ao Conselho de Escola e ao Estado. Os grêmios, para serem realmente independentes, não podem acatar os ditames do Estado ou da direção da escola, pois expressam interesses contrários aos dos estudantes. Ou os grêmios são independentes para defender os interesses dos estudantes ou não os defenderão, acabarão agindo como freio.

A condição para que o grêmio seja independente vai muito além de seu estatuto, depende de fato de sua direção política, baseada no programa revolucionário da classe operária. Porém os estatutos devem expressar a independência e não serem mecanismos de atrelamento.

Ceará Mirim

Governo municipal (PDT-RN) de Canguaretama age como coronel

O prefeito, como todo governo burguês, não foge à regra. Usa o poder para a prática clientelista, corrupção, empreguismo e perseguições políticas aos servidores municipais. A distribuição de sacolões, peixes e frutas etc é comum no município. A dívida do prefeito tem por detrás a exploração da miséria da população, impondo aos oprimidos a subserviência e a dependência, que tem por objetivo as eleições.

A prática eleitoreira de caça-votos revela que o governo do PDT não está interessado em pôr fim à miséria e à exploração dos trabalhadores. Ao invés de conceder emprego e expropriar as

imensas extensões de terra, que estão nas mãos de meia dúzia de "senhores feudais", alguns inclusive parentes do prefeito, o prefeito mantém a maioria da população na extrema miséria e às custas das esmoladas distribuídas através dos sacolões.

Não bastando isso, o prefeito persegue seus opositores. Pipocam demissões. Já houve caso de professores demitidos por não terem aprovado parentes do alto escalão da prefeitura ou por não concordarem com a distribuição de brindes e promoção da imagem do prefeito com recursos do Fundef. Quanto ao salário dos professores, o nível superior recebe a mi-

séria de R\$250,00. A merenda escolar não vem para as escolas.

A população já denunciou as falcatruas junto ao Ministério da Educação e nada foi resolvido. O que mostra que a corrupção e toda sorte de falcatrua não serão resolvidas pelas mãos do Estado.

A saída para os trabalhadores é a organização para combater, através de seus próprios métodos, o alto grau de corrupção e opressão instalados no município. O governo do PDT não é diferente dos demais e, por isso, seu combate deve ser feito com unidade de todos os oprimidos para pôr abaixo a politicagem do prefeito Jurandir Marinho.

Rondônia

Fundação: caminho para a privatização da Universidade

O processo de privatização da Universidade pública, em Rondônia, se encontra em estágio avançado. A imposição da Riomar (fundação Rio Madeira), criada sob o pretexto de arrumar verbas para a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) diante dos cortes de recursos do governo, é uma ameaça à destruição do ensino público. Em pouco tempo, a Universidade tem em seus cursos regulares apenas 56% dos alunos, enquanto que a Riomar já assumiu cerca de 44%. A fundação se instala na universidade pública, usa o nome, as dependências e assume alunos de graduação em cursos do Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos (Prohacap).

A luta contra a mercantilização do ensino através das fundações não pode se restringir às denúncias de corrupção deste ou daquele dirigente da fundação. Também não se deve partir da crítica aos professores que são convocados a se "capacitar" por conta da legislação governamental. E, nem mesmo, aos professores que ministram cursos de férias do Prohacap para complementarem seus salários e, por isso, olham com bons olhos a chegada das fundações. Deve ser analisada e combatida pelo seu conteúdo (sua essência): que é a desobrigação do Estado para com a Universidade pública.

Amplia a rede privada no ensino superior

Depois de 11 anos de aplicação de reforma educacional do Banco Mundial, a rede privada detém 70% das matrículas na educação infantil e superior. Chegam à universidade somente 3% dos alunos que terminam o ensino médio. E, desde 1998, os recursos públicos ao ensino superior caiu de 5% para 2% do PIB.

Como se vê, dos poucos estudantes que chegam à Universidade a maioria se concentra na rede particular e o governo cada vez mais aplica menos à educação. A redução de recursos públicos facilita a criação de faculdades e universidades privadas. Trata-se de um negócio rendoso para as empresas mercantilistas do ensino.

Unidade dos trabalhadores e estudantes na defesa de um único sistema de ensino

Para combater a reforma educacional do governo é necessário a unidade das massas trabalhadoras e estudantes. Deve unir as reivindicações vitais dos oprimidos (emprego, salário etc), com as da saúde e educação públicas. O método só pode ser o da ação direta: manifestações de rua, bloqueios, greves, ocupações etc. Não há como barrar a destruição do ensino público senão pelo enfrentamento de massa.

A burocracia sindical não combate a existência do ensino privado. Defende a responsabilidade do Estado somente até o término da educação básica (ensino médio). Não se opõe à existência do vestibular (barreira para impedir o acesso dos estudantes pobres à universidade). Não combate a totalidade da reforma governamental. E não implementa a unidade dos explorados contra as medidas governamentais.

Diante da destruição do ensino, há que levantar a bandeira da escola única. Ou seja, um único sistema de ensino estatal, sob o controle dos trabalhadores. Expropriação da rede privada e acesso livre a todos os níveis de ensino. Soma-se a essas reivindicações, a defesa da escola vinculada à produção social, capaz de unir verdadeiramente a teoria e a prática.

PCdoB trai a categoria e ajuda PT a impor o arrocho salarial

No dia, 18/09, foi realizado o ato dos trabalhadores municipais da educação. Iniciou em frente ao gabinete da prefeita e após a passeata concluiu em frente à Câmara dos vereadores. Foi a maior manifestação realizada nesse ano, contando com aproximadamente mais de 3000 pessoas. Isso porque os trabalhadores vieram saber a proposta da prefeita para os salários, uma vez que está encerrando o prazo de 180 dias solicitado por ela. No entanto, não houve plano de recomposição salarial. Houve sim, a apresentação de mais um projeto demagógico eleitoral que foi enviado à Câmara, propondo um gasto de R\$ 66 milhões em 2002 com a compra de uniformes, kits de material escolar e transporte para os alunos. Após inúmeras enrolações, cobranças solicitando “paciência” e apelando ao “missionarismo” do magistério para impor as novas pedagogias curriculares, combinado com a implantação das cozinhas terceirizadas e os demais projetos demagógicos como o Renda Mínima, o Começar de Novo etc, este fato foi a gota d’água. O Pcdob, que dirige o sindicato, ao não ser atendido pela prefeita, para não se indispor novamente com seus aliados eleitorais e para

controlar o descontentamento dos manifestantes, tratou rapidinho de manobrar, propondo uma passeata até a Câmara e a continuidade do protesto lá. Dizemos manobra, porque os oponentes à diretoria do SINPEEM foram impedidos de falar nos dois locais e o POR em particular porque iria defender a greve. Dessa forma, o segundo protesto em frente à Câmara foi relâmpago, restrito a chingamentos aos vereadores que votaram a favor do reajuste para o alto escalão. E o seu término foi facilitado com a presença do DSV solicitando passagem e os ônibus contratados pelo sindicato invadindo a avenida e dispersando as pessoas.

No dia seguinte, o burocrata declarou à imprensa que “se a prefeita até dezembro não aplicar os 30% na educação, ele enquanto vereador abrirá uma CPI”. E a prefeita por sua vez, respondeu noticiando um abono de R\$ 40,00 de complemento de piso salarial, mas não inclui o magistério. E com relação aos uniformes e kits escolares, afirmou que está amparada pela “lei”, na LDB, mas mesmo assim, está enviando um novo projeto à Câmara, propondo alterar a Lei Orçamentária e incluir esse gasto nos 30%.

Como se vê, tudo terminou nas mãos da legalidade, da justiça burguesa. Para os cofres dos empresários de roupa e de material escolar muito dinheiro e para os trabalhadores arrocho salarial. Isso porque os trabalhadores foram amordaçados pela política colaboracionista do Pcdob, em função das alianças sujas eleitorais com o reformismo petista, que só se interessa em implementar os projetos de migalhas para um setor da população e reforçar a demagogia eleitoral.

O PCdoB, com a sua submissão e traição chega ao cúmulo “de prorrogar o prazo por conta própria para dezembro”. Como não será suficiente para a prefeitura, também não pedirá a CPI, porque o gasto fará parte 30%. A luta terminou onde começou a sujeira, na Câmara dos Deputados.

O POR já havia prevenido no Congresso do SINPEEM dessa traição. Agora, cabe aos trabalhadores organizarem a construção de uma fração revolucionária nos municipais, que tenha como objetivo a independência de classe, a negação à frente popular e impulsionar a luta grevista. Caso contrário, amargaremos mais arrocho e demagogia.

Resumo das Obras Completas de G. Lora

Apresentamos a seguir um Resumo dos Livros das Obras Completas de Guillermo Lora. A partir da leitura dos livros desta coleção, podemos perceber como foi a experiência boliviana da implantação do programa revolucionário no seio das massas. Como passo a passo, devem ser estudadas as particularidades nacionais e aplicá-las à realidade

Volume XIV (1963 - 64)

Neste volume são apresentadas as *Teses do Congresso Mineiro de Colquiri* (dezembro de 63), onde mais uma vez os mineiros reafirmam a essência de Pulacayo ao defenderem as teses trotskistas para o Congresso, que refletiam o ascenso do momento.

Outro importante livro transcrito é “*A Revolução Boliviana (Análise Crítica)*”
10 – MASSAS – de 03 a 15 de outubro de 2001

neste é feito todo um retrospecto da experiência boliviana com o nacionalismo em todas as suas variantes, de como inicialmente o programa porista foi confundido com o nacionalismo, de como o nacionalismo pode utilizar das bandeiras revolucionárias para transformá-las no seu inverso (nacionalização das minas, controle operário, planificação da economia, reforma agrária. Analisa os erros do POR neste período e os meios de superá-los

Volume XV (1964)

Neste volume os textos procuram demonstrar o golpe que estava sendo preparado por Barrientos enquanto se colocava pela candidatura Paz-Barrientos, consumada em 4 de novembro de 64, este tema é melhor analisado no folheto, transcrito também neste volume “*Perspectivas da Revolução Boliviana*”

na” e em História Secreta da Conferência Mineira (O Pensamento Político dos Mineiros); que foi uma contraposição à burocracia sindical que esperava desviar a ação operária para um pretense Comitê Revolucionário do Povo.

Outros textos importantes são: “*Trotsky e Bolívia*”, comentando um texto do “*Le Monde*” intitulado “*Bolívia entre Washington e Trotsky*”; “*Recordemos a I Internacional*”, matéria do jornal “*Massas*” comentando o centésimo aniversário da Associação Internacional dos Trabalhadores e “*Teses de Carabavi*” adotada no 1º Congresso Regional Campônês e que procura demonstrar a necessidade da aliança operário e camponesa e o papel camponês nesta luta, a partir de uma análise do campo

Eleições do DCE/USP

Poder Estudantil para o DCE e Representantes Discentes

Apresentamos a seguir os principais pontos que defendemos para a constituição de uma chapa de oposição à diretoria do DCE:

Um DCE baseado na democracia estudantil, antiburocrático:

- que convoque amplamente assembleias gerais com frequência, de manhã e à noite
- que divulgue e coloque em prática as resoluções das assembleias, congressos e CCAs
- que tenha total independência política, financeira e organizativa (não aceita dinheiro da reitoria, do governo ou empresas privadas, não submete as atividades à aprovação desses, atua de acordo com a linha definida pelas instâncias do movimento)
- que defenda a livre expressão e manifestação em todas as suas instâncias, materiais e externamente
- que aplique a revogabilidade do mandato, de acordo com as assembleias gerais
- que submeta a prestação de contas política e financeira sistemáticas às assembleias gerais
- que seja eleito de forma proporcional, de modo a que todas as correntes de pensamento do movimento estejam presentes em sua direção

Um DCE de luta pela universidade pública, gratuita para todos, laica, única e vinculada à produção social

- que impulse a mobilização estudantil pelas reivindicações (contratação dos professores necessários, mais verbas para a universidade, assistência estudantil, contra a repressão, contra as reformas curriculares destruidoras do ensino (cursos sequenciais), campanha contra o provão etc)
- que defenda o direito democrático elementar do acesso à educação superior para todos
- que lute pelo fim do ensino pago e dos vestibulares, pela estatização sem indenização da rede particular sob controle da comunidade universitária
- que se oponha a todo mecanismo privatista do governo (como as fundações, cursos pagos etc.) e ao seu plano antinacional e antipopular, do qual a destruição do ensino é parte
- Defendemos uma ofensiva estudantil contra as fundações, com ocupações, passeatas, manifestações de rua, para botá-las pra fora da universidade.

Um DCE que lute pela real democratização da universidade

- que defenda o fim do poder autoritário da burocracia universitária e construção de uma nova estrutura de poder na universidade, baseada na soberania da assembleia geral universitária (alunos, professores e funcionários), num governo tripartite da universidade subordinado a ela, na eleição direta

de todos os cargos com revogabilidade de mandato

- que não se apóie na defesa da paridade nos conselhos como objetivo último do movimento, porque isso preserva o poder da burocracia universitária, estabelece a idéia errada de que os setores da universidade tenham interesses antagônicos entre si e sejam homogêneos internamente, e assim coloca a maioria estudantil submetida à minoria da minoria de professores (burocracia)
- que tenha sempre claro que a assembleia universitária é o meio de lutar pela transformação da universidade, pela autêntica democracia universitária. A assembleia universitária é o meio para se constituir um poder que efetivamente expresse a vontade da comunidade universitária e por abaixo a estrutura atual, autoritária e arcaica
- que defenda a eleição direta de voto universal com mandato revogável de todos os cargos de direção, subordinados à assembleia geral universitária
- que combata firmemente a repressão e autoritarismo na universidade, mobilizando contra a perseguição política, a discriminação social, racial, de gênero, contra a presença da polícia no campus.

Um DCE que se baseie no método da mobilização

- O método para lutar pelas reivindicações é o da ação direta (mobilização), os outros métodos estão subordinados a ela
- que rechace o eleitoralismo, o cretinismo parlamentar e o legalismo
- que se apóie na unidade da comunidade universitária (alunos, professores e funcionários) e desta com os trabalhadores, tendo à frente o proletariado, na luta contra os governos.

Um DCE que atue no movimento estudantil:

- Que apóie decididamente a greve das universidades federais e convoque assembleia estudantil para organizar o apoio ativo. Que chame os professores e funcionários da USP à unidade com as universidades federais em greve
- Contra a burocratização da UNE, por uma nova direção para o movimento estudantil, baseada num programa revolucionário
- Pela democracia estudantil: soberania nas assembleias, direito à divergência e à livre expressão e manifestação; proporcionalidade na composição das direções, independência política, organizativa e financeira das entidades.

Um DCE que se coloque contra a opressão nacional e social e em defesa do Socialismo

- Muitos dos problemas que vivemos na universidade e fora dela dependem de profun-

das transformações sociais e econômicas, que não cabem ou não são possíveis sob o modo de produção capitalista. A defesa estratégica do socialismo é parte da nossa luta pela resolução plena dos problemas que vivemos. Dizer que seria possível resolvê-los sem a luta pela revolução seria mentir. Deixar de lutar pela sua solução porque depende da luta mais geral seria negá-los e aceitar a destruição da educação. Por isso defendemos a unidade dos estudantes com os professores e funcionários, e da comunidade universitária com os movimentos operário, popular e camponês, para que tenhamos a força necessária para mudar a sociedade. "Universidade ao lado dos explorados contra os exploradores e seus governos".

- Que mobilize contra a guerra imperialista que movem os EUA contra o Afeganistão, colocando-se ao lado deste contra a potência agressora e participando da luta contra o intervencionismo militar e econômico imperialista em todo o mundo, em especial o que é feito no Brasil, através dos planos neoliberais de FHC, ditados pelo FMI.

Um DCE que impulse a luta pelos seguintes pontos, que defendemos no VI Congresso dos Estudantes:

Pelo ensino público, gratuito, social, único e vinculado à produção social.

"Abaixo a reforma educacional do Banco Mundial. Em defesa do ensino superior público e gratuito para todos. Em defesa do método da mobilização dos trabalhadores e estudantes para derrotar a política antinacional e antipopular de FHC."

"Ensino público, gratuito, laico, único e vinculado à produção social. Fim do ensino pago. Fim dos subsídios ao ensino pago. Fim das parcerias com a iniciativa privada. Fim das fundações privadas" E ainda, que não chegou a ser aprovado no VI Congresso, *pela estatização das escolas particulares sob controle da comunidade universitária, que é o único meio de se acabar com a exploração do ensino e garantir o acesso a todos*

Pelo método da mobilização para o atendimento das reivindicações estudantis.

Organização da luta antiimperialista e anticapitalista. Pelo combate às reformas neoliberais de FHC/FMI em seu conjunto.

Pela unidade da comunidade universitária e desta com a população oprimida.

"Universidade ao lado dos explorados contra os exploradores e seus governos; Apoio à luta dos sem-terra por condições mínimas de sobrevivência e trabalho. Apoio aos métodos de luta usados por eles: as ocupações de terra e prélios públicos, vivuquês de estrada etc. O Congresso se coloca ao lado dos sem-terra e exige a punição de seus assassinos, liberdade para os presos políticos e fim dos processos contra as lideranças do movimento; Abaixo o capitalismo, fim da exploração do homem pelo homem e defesa do socialismo."

Para vencer a intransigência dos governos e do tribunal de justiça devemos resistir

A reunião de ontem dos três poderes estaduais (Bonilha pelo Tribunal de Justiça, Feldmam pela Assembléia Legislativa e Alckimin pelo Executivo) resultou no que já estávamos prevenindo, não se pode dar um centavo pois a Lei de Responsabilidade Fiscal impede qualquer aumento, e dá uma "sugestão" para a categoria: acabarmos com a greve e organizar uma comissão para buscar alternativas junto com a direção do TJ.

Esta aí a resistência em oferecer qualquer contraproposta ao movimento grevista. É parte da linha dura adota pelos governos de não conceder qualquer reajuste salarial para o funcionalismo. Esta política não é restrita ao judiciário: trata-se da diretriz neoliberal para os serviços públicos. o essencial é que a crise capitalista obriga os governos dos países semicoloniais e atrasados como é o caso do Brasil a reduzir os gastos orçamentários para garantir o pagamento das dívidas externa e interna.

Nossa greve está no 30º dia e a vitória depende da radicalização, da massificação e da unidade do movimento grevista do funcionalismo público e dos demais trabalhadores. Do contrário, o máximo que arrancaremos e na melhor das hipóteses é alguma migalha. Temos que dar um salto qualitativo em nossa greve. Ela tem que atingir um grau de radicalização muito maior. Só a greve e os piquetes nas portas do Fórum não podem arrancar nossas reivindicações.

Precisamos fechar as avenidas, organizar passeatas gigantescas, ocupar os prédios, intensificar os piquetes, fazer ações de massa.

Para a greve sair de seu limitado marco econômico ela precisa se projetar para o conjunto da sociedade, apresentando-se como um movimento que supere as metas iniciais de greve apenas por reposição salarial e apontando para um movimento mais geral contra a Lei de Responsabilidade Fiscal e a aplicação da reforma administrativa e das reformas neoliberais dos governos estaduais e federal.

Devemos Utilizar as Passeatas e à Radicalização

O fechamento da avenida em frente ao Palácio da Justiça e a passeata pelas principais avenidas de São Paulo são as ações mais radicalizadas que conseguimos concretizar. Não podemos nos limitar a isso. Cada assembléia tem que ser uma ação de massa.

As soluções legalistas e disciplinadas têm se revelado um beco sem saída. Até agora é só conversa mole. Para dobrar a intransigência do Tribunal (que é parte da intransigência dos governos) é necessário que a luta rompa seus limites legais e corporativos, projetando-se para o conjunto dos trabalhadores e da sociedade. A greve tem que dar um salto qualitativo, endurecer e radicalizar, ou não teremos senão migalhas.

Como unificar nosso movimento com os demais setores do funcionalismo?

A unificação da greve dos judiciários com a greve dos demais setores do funcionalismo que já estão em luta depende, em primeiro lugar, que projetemos nossa greve. Para tanto, temos que radicalizar nossos métodos de luta. Por outro lado, sabemos que as principais direções do funcionalismo têm relutado em tomar iniciativas que favoreçam a unidade. Defendamos a unidade pela base. Convoquemos os trabalhadores dos demais setores em luta (previdenciários) para nossa assembléia. Façamos passeatas que percorram os principais prédios das demais categorias compostas por funcionários públicos. Defendamos a greve onde ainda não está ocorrendo. Unifiquemos nossas reivindicações. Projetemos nossa greve para o conjunto do funcionalismo público do país e para os demais trabalhadores.

Defender o sindicato único dos judiciários

A greve dos judiciários coloca, como necessidade inadiável, a formação de um

sindicato único na categoria. Sem ele permaneceremos reféns de quinze ou mais associações. As diversas associações que convocaram a assembléia que decretou a greve no dia 10/08 agiram pressionadas pelos trabalhadores que exigiram uma resposta unitária para seus problemas. Mas a unidade destas associações é momentânea. Uma vez que a luta acabe, cada entidade voltará para sua posição corporativa. O caráter assistencialista das associações impede que cumpram o papel de um verdadeiro organismo de resistência e luta. O sindicato é o instrumento que pode unir os assalariados em torno de suas reivindicações e, assim, garantir a resistência organizada contra a exploração do trabalho. Não é mais tolerável a existência da fragmentação, da divisão, do corporativismo e do assistencialismo no seio da categoria. Para combater essa situação é necessário lutar por um sindicato único. Para tanto, devemos exigir que as associações se fundam em um só organismo. A campanha por um sindicato único implica em fortalecer o sindicato que nasça da discussão com os trabalhadores e eliminar todas as entidades que se mostrem relutantes em renunciar aos seus aparelhos. Para que isso aconteça devemos convocar amplamente um congresso para formação de um sindicato único. As associações que não se submeterem à vontade dos trabalhadores deverão sofrer uma ampla campanha de desfiliação, o organismo que surgir dessa discussão deverá ser fortalecido com campanhas de associação.

Entretanto, apenas o sindicato não é uma garantia de que disporemos de uma direção de luta. Temos que defender eleições sindicais logo após a formação desta entidade, com uma direção provisória, oriunda da tentativa de unificação das associações. Se não conseguirmos a direção que queremos, teremos então a possibilidade de fazermos uma oposição. O mais importante é que serão os trabalhadores quem decidirão qual direção o sindicato terá. Para tanto, não podemos tolerar a coexistência do sindicato com essas associações que nos dividem e fragmentam.

O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora, iniciada no Massas n.º 160. Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da ditadura Garcia Meza (71) e o processo de abertura logo a seguir(77).

Este capítulo está inserido no segundo momento, onde o Partido tem de se readequar organizativamente para aproveitar todos os espaços que o regime abre, para ampliar seu trabalho com as massas e principalmente a incorporação da nova militância. Aqui nesta parte discute-se sobre a questão do trabalho da imprensa partidária

Manual do Organizador Trabalho da Imprensa (I)

A imprensa do Partido é formada pelo seu Jornal Central (Massas), pela revista teórica (Documentos), ambos elaborados pelo Comitê Central, e pelas publicações regionais destinadas a determinados setores sociais. Todas estas publicações existem e se desenvolvem dentro do marco programático e sob a vigilância da direção nacional. A finalidade da nossa imprensa é fazer chegar as idéias, respostas e palavras de ordem poristas até as massas; servir de guia para nossos propagandistas e agitadores, educar a militância e os simpatizantes; aumentar a influência política do Partido.

Sua elaboração, sua difusão, seu financiamento e seu estudo, permitem consolidar a organização partidária. Uti-

lizada pelos militantes como instrumento para penetrar nas massas e formar os novos elementos, se convertendo num poderoso organizador. Um partido Revolucionário não poderá existir sem sua imprensa, porque iria carecer de um dos melhores veículos para se chegar até os explorados com suas idéias, para analisar a situação política e a realidade nacional.

Não podemos afirmar que a mera existência da Imprensa e principalmente do Jornal já soluciona todos os problemas partidários, mas poderá contribuir para esta solução se a militância souber manejá-lo devidamente.

O jornal indica, de alguma forma, o grau de organização e de politização do partido. Os problemas com a Imprensa do Partido são resultado das imperfeições no funcionamento partidário.

Uma Imprensa excelente é aquela

que é o produto da atividade coletiva da organização. Não se trata de que todos os militantes escrevam ou se dediquem exclusivamente as tarefas que emergem da própria existência da Imprensa; mas que nas células se elaborem as notícias e denúncias dos centros de trabalho e estudo, de que se discuta seu conteúdo político e que se planifique sua difusão, para que se mantenha economicamente a confecção do material.

Contudo, a função da imprensa não acaba ao converter-se em motivo da leitura e discussão dentro da célula (isto está certo, pois ajuda na elevação política e teórica da militância), quem que cumprir além desta, a missão de levar as idéias revolucionárias até as massas. Assim começa outro dos trabalhos do militante: utilizar a imprensa partidária para penetrar no seio das massas e organizar a vanguarda da classe operária.

Boletim do COMITÊ CONTRA A OPRESSÃO SOCIAL E POLÍTICA - CE Setembro/2.001

NÃO À OFENSIVA IMPERIALISTA CONTRA AS NAÇÕES OPRIMIDAS E OS TRABALHADORES

O atentado da terça-feira 11, nos EUA, provocou uma comoção generalizada, o mundo parece não ser o mesmo. A marca desta ação se traduziu na destruição do símbolo do poder financeiro mundial (as "torres gêmeas") e na devastação de uma das alas do Pentágono, ícone da supremacia militar norte-americana. O feito revelou não só a vulnerabilidade da grande potência dominante, como arranhou a arrogância do imperialismo ianque, desnudando as

profundas contradições que alicerçam a "globalização".

A raiz histórica da ação terrorista

A imprensa mundial hegemônica, como a CNN e nossa Rede Globo, afirmam, repetindo o que diz o governo Bush, que o ataque foi realizado por setores do "fundamentalismo islâmico", tendo à frente Bin Laden e seu grupo

(com bases no Afeganistão). Porém, independente dos autores, a política imperialista é a causa principal dos ataques. A hegemonia norte-americana, imposta a "ferro e fogo" para garantir o domínio mundial de sua burguesia, vem sendo mantida com bombardeios e destruição de países como Iraque e Sérvia, intervenções como na Colômbia e apoio ao Estado racista de Israel, o que tem gerado o justo ódio de milhões em todo o mundo, nos países semicoloniais empobrecidos,

endividados e saqueados pelo imperialismo, em particular, entre as massas palestinas e do mundo islâmico.

Se o "inimigo número um" dos EUA, Bin Laden, for realmente o autor, é bom lembrar que ele foi armado, junto com a guerrilha afegã, pela CIA e pelo governo do Paquistão contra a ocupação defensiva da URSS ao Afeganistão: *em 1986 o então diretor da CIA, William Casey, aprovou uma iniciativa dos serviços secretos paquistaneses para recrutar radicais islâmicos em todo o mundo, que iriam ao Paquistão para se unir à luta dos mujahedin afegãos.*

A partir desse momento o Paquistão ordenou que suas embaixadas no estrangeiro facilitassem os vistos, sem fazer perguntas, para qualquer pessoa que quisesse ir lutar no Afeganistão. A Irmandade Muçulmana, a Liga do Mundo Muçulmano, com base na Arábia Saudita, e os grupos islâmicos radicais organizaram o recrutamento, entre eles o do próprio Bin Laden. O Paquistão montaria a base de operações e se ocuparia de seu treinamento. A Arábia Saudita cobriria os gastos e Washington proporcionaria a cobertura política (El País, 14 de setembro de 2001).

O governo Reagan o proclamou como "combatente da liberdade" contra o "perigo vermelho", colocando-o ao lado de outros amigos do Tio Sam à época. No entanto, os grupos islâmicos radicais, como o de Bin Laden, expressam, de forma distorcida pelo obscurantismo religioso, a revolta contra a brutal opressão nacional e social exercida pelas potências imperialistas que saqueiam os povos oprimidos do Oriente Médio, espalhando fome e miséria por toda parte. Daí o apoio generalizado, nos países muçulmanos aos atos do terrorismo ant imperialista.

A posição correta frente aos atentados

Que posição deve ser tomada frente ao ocorrido? Decerto não deve ser a que está sendo exportada pelos meios de comunicação norte-americanos, que por meio de um sentimentalismo hipócrita utiliza as vítimas para produzir um consenso diante do ataque militar ao Afeganistão. Isso, quando freqüentemente silenciaram diante das ações bárbaras do militarismo ianque em todos os continentes, dos atos sanguinários de ditaduras apoiadas pela Casa Branca ou do quadro dantesco que o capitalismo "glo-

balizado" produziu nesta última década.

É claro que o terrorismo como método alheio e à margem da luta de massas pela emancipação nacional e social, não é o método do movimento operário que deve lutar politicamente pela revolução socialista. Trotsky, dirigente da Revolução Russa e criador do Exército Vermelho, expressando o ponto de vista marxista escreveu:

Os marxistas consideram que a tática do terrorismo individual é inconveniente para a luta libertadora, tanto do proletariado como das nacionalidades oprimidas. Um herói isolado não pode substituir as massas. Porém compreendemos com toda clareza a inevitabilidade de semelhantes atos de desespero e vingança (A favor de Grynspan: contra os bandos fascistas e a canalha stalinista, 1939).

Engels em artigo escrito a pedido de Marx para o Jornal norte-americano New York Daily Tribune de 5 de junho de 1857, tecia o seguinte comentário sobre a atitude dos chineses de tentarem envenenar a colônia de Hong-Kong e de apanhar e matar "qualquer europeu que lhes caia nas mãos":

Os que fizeram da civilização um comércio bem podem qualificar estes métodos de cobardes, de bárbaros, de atroztes, depois de terem lançado bombas incendiárias sobre cidades sem defesa e conjugado o estupro com o assassinato. Seja como for, isso pouco preocupa os chineses, desde o momento que lhes assegure a vitória. Já que os britânicos os tratam de bárbaros, não podemos negar-lhes o direito de explorar a fundo a dita barbárie. Se os raptos e os massacres noturnos são considerados covardes, os fazem comércio de civilização deveriam esquecer que foram eles mesmos que demonstraram que os chineses não estavam aptos a resistir por meios militares normais aos meios de destruição europeus (Pérsia-China).

Portanto, o marxismo reafirma a posição principista de desenvolver a mobilização permanente dos trabalhadores e a unidade do proletariado internacional e dos povos oprimidos do mundo para acabar com o sistema capitalista e imperialista, responsável pelos mais sanguinários atos de barbárie e terror que a humanidade conheceu. Dessa perspectiva, se opõe terminantemente ao método do terrorismo individual ou de pequenos grupos à margem das massas porque não eleva a mobilização,

organização e a moral dos explorados e é impotente para destruir os alicerces da exploração de classes, a perseguição racial ou a repressão nacional que o sistema imperialista impõe. No entanto, condena apenas o capitalismo em crise como fonte de todos os males, não condena o ataque e coloca-se na defesa dos países oprimidos e das organizações que praticam o terrorismo antiimperialista contra a estratégia militar dos EUA de esmagá-los, apenas explica que o terrorismo é alheio, distinto e oposto ao método de luta da classe operária.

A guerra contra o Afeganistão

O governo Bush e a burguesia norte-americana aproveitaram o atentado para criarem um clima ultra-reacionário e de racismo anti-árabe e antiislâmico, alimentando uma política de ataque às liberdades democráticas e de aumento dos gastos militares, preparando condições favoráveis para uma ofensiva contra os trabalhadores norte-americanos que devem enfrentar demissões em massa nos grandes monopólios, como produto da recessão econômica.

Além disso, o imperialismo americano está utilizando o atentado para fins estratégicos de uma maior centralização do mundo em torno da sua política e dos seus interesses. Diante do processo recessivo que se avizinha nos EUA, Japão e Europa, coloca-se a necessidade de uma unidade das potências imperialistas e dos governos entreguistas dos países atrasados contra os trabalhadores e suas organizações.

Nesse momento, o governo de Bush, prepara uma guerra contra o Afeganistão, sob a bandeira "luta contra o terrorismo", se este país não entregar Bin Laden, o que é uma afronta a mais elementar soberania nacional. A Inglaterra aderiu imediatamente. Outras potências como França e Alemanha estão indo atrás. O governo Argentino já se dispôs a colaborar com soldados. Rússia e China declararam apoio à investida dos EUA. E cresce a pressão que países como o Brasil colaborem com os preparativos

Diante disso, o movimento operário e popular deve apoiar a não entrega de Bin Laden e defender incondicionalmente o Afeganistão ou qualquer outro país oprimido que sofrer intervenção do imperialismo. Isso não significa apoio ao regime reacionário do Afeganistão nem concordância com o conteúdo naciona-

lista ou métodos terroristas das organizações antiimperialistas mulçumanas. Trotsky, numa entrevista com um sindicalista latino americano sintetizou a posição que os trabalhadores conscientes deveriam tomar diante do conflito militar entre um país imperialista e uma nação oprimida:

No Brasil reina atualmente um regime semifascista o qual qualquer revolucionário só pode considerar com ódio. Suponhamos, então, que amanhã a Inglaterra entra em conflito militar com o Brasil. De que lado ficará a classe operária nesse conflito? Neste caso, eu pessoalmente estaria junto com o

Brasil "fascista" contra a "democrática" Grã-Bretanha. Por quê? Porque não se trata de um conflito entre democracia e fascismo. Se a Inglaterra ganhasse, poria outro fascista no Rio de Janeiro e ataria o Brasil com cadeias duplas. Se pelo contrário, o Brasil triunfasse, a consciência nacional e democrática teria um poderoso impulso que levaria ao derrube de Vargas. Ao mesmo tempo, a derrota da Inglaterra acertaria um bom golpe no imperialismo britânico e daria um impulso ao movimento revolucionário do proletariado inglês (A luta antiimperialista é a chave da libertação, 1938).

Por isso, é preciso apoiar in-

condicionalmente toda nação oprimida em luta contra o imperialismo, seja qual for o pretexto. A derrota dos EUA no Afeganistão representa uma derrota do FMI, da "nova ordem mundial", da opressão nacional, da política pró-imperialista do governo FHC e um avanço na luta dos trabalhadores de todos os países pelo socialismo.

ABAIXO A GUERRA IMPERIALISTA!

TODO APOIO AO AFGANISTÃO CONTRA OS EUA!

CONTRUIR UMA FRENTE ÚNICA ANTIIMPERIALISTA!

Combater a guerra do imperialismo norte-americano com o internacionalismo proletário

A guerra dos Estados Unidos contra o Afeganistão se caracteriza por ser de uma potência imperialista contra uma nação oprimida, país de feição pré-capitalista e extremamente pobre. Não devemos nos ater apenas à brutal diferença entre país rico e pobre, mas na relação de domínio imperialista exercido pela potência.

O atentado do terrorismo nacionalista - tudo indica que este é o seu conteúdo - serviu apenas de estopim para os Estados Unidos aumentarem o seu intervencionismo bélico.

Encerrado o período pós-guerra mundial de reconstrução, o capitalismo mundial voltou a manifestar os sintomas de crise estrutural. O imperialismo se confirma como etapa superior e de decomposição do capitalismo, que traz em suas entranhas guerras, revoluções e contra-revoluções.

Toda propaganda de cooperação e de paz entre os povos no interior do regime econômico capitalista, dirigido por um punhado de monopólios, de brutal saque aos povos submetidos e de severa exploração da maioria trabalhadora, tem se desfeito a cada momento. Os falseadores da realidade e os vendidos procuraram difundir a idéia de que com a restauração do capitalismo na ex-União Soviética acabaria a "bipolaridade" e, então, o mundo viveria em paz. Têm-se procurado passar a horrracha sobre as duas grandes guerras como consequên-

cias das contradições internas do sistema capitalista da fase última imperialista.

O que é que temos hoje? Uma Rússia retrógrada e submetida. Uma China com um partido de burocratas pró-capitalistas. Enfim, a burguesia conseguiu fazer a história dar voltas para trás, impondo condições de governabilidade mundial sob as mãos de ferro dos Estados Unidos e demais potências. O avanço do capitalismo contra as conquistas revolucionárias da classe operária não tem feito senão ampliar a opressão mundial do imperialismo e impulsionar conflitos bélicos.

A guerra contra o Afeganistão, que pode se estender a qualquer país que a ele se solidarizar ou conservar em seu território organizações nacionalistas que praticam o terrorismo, do tipo El Qaeda de Bin Laden, não é um fato isolado. Ou seja, não eclode apenas porque houve o ataque suicida.

Os Estados Unidos, desde que passaram a ocupar a posição hegemônica mundial, expandiram o poderio militar por toda parte e montaram uma indústria bélica que retrata a época imperialista do parasitismo do capital.

Os monopólios estão obrigados a intervir sistematicamente e a provocar conflitos entre os povos. O maior e mais letal exército que a história já conheceu é extensão da burguesia monopolista e do Estado imperialista.

Não é por acaso que os Estados Uni-

dos foram o principal ponto de apoio a Bin Laden e aos talebans na guerra do Afeganistão contra a Rússia. E fortaleceu toda reação da burguesia e militares muçulmanos do Paquistão. Nos últimos anos, destacam-se pela guerra contra o Iraque, mantida há 11 anos. Antes, armou o Iraque contra o Irã, que levantava bandeiras nacionalistas antiimperialistas. Agora pretendem usar o Irã, Paquistão etc contra o Afeganistão. Para isso, joga com os conflitos entre as nações oprimidas, com as divisões internas, com as chantagens econômicas, "favores" e toda sorte de corrupção. Não se pode deixar de destacar o armamento do Estado sionista-racista de Israel pelos Estados Unidos, que vem esmagando o povo palestino.

É inumerável a lista de ingerências, de atuação em golpes militares e em conspirações terroristas de Estado. Os Estados Unidos constituíram-se na expressão mais acabada do capitalismo monopolista, saqueador, parasitário e bélico, que se sobrepõem às fronteiras nacionais em todo mundo, pisoteia a soberania e a auto-determinação dos povos. A guerra contra o Afeganistão não passa de um elo nessa cadeia e não será o último.

As massas muçulmanas da região conflagrada estão em revolta contra o imperialismo e seus governos vendidos, lacaios. Com o método da ação direta e da guerra revolucionária, que não se confundem

com os métodos do terrorismo individual, expressam a rebelião das nações oprimidas (semicoloniais) contra o imperialismo opressor. Também essa é a marca revolucionária do nosso tempo: a maioria oprimida dos países subjugados se levanta contra a burguesia imperialista e os governos títeres.

O proletariado, camponeses pobres, trabalhadores da classe média têm o dever de se colocar incondicionalmente contra a guerra do imperialismo ao Afeganistão.

Trata-se de organizar o movimento antiimperialista em cada país. Vincular as reivindicações vitais dos trabalhadores às bandeiras antiimperialistas de auto-determinação dos povos subjugados, de independência frente às potências, fim do saque econômico, do controle das fontes de matéria prima etc.

Está colocado para a classe operária, por seu lugar que ocupa nas relações de

produção e por ser internacional, assumir a direção do movimento antiimperialista em defesa do Afeganistão e das massas oprimidas. Somente o proletariado pode rechaçar a hipocrisia dos pacifistas, que só na aparência se colocam contra a guerra. Os pacifistas que correram a condenar o atentado terrorista sob a ótica do próprio imperialismo se opõem pôr em pé um movimento revolucionário antiimperialista, que conduz ao armamento das massas afegãs, paquistas, palestinas, iranianas, sudanesas etc. contra os agressores imperialistas.

A posição de defesa incondicional das nações oprimidas contra a ofensiva militar e econômica do imperialismo, pelos trabalhadores, deve ter por estratégia o objetivo de destruir o capitalismo e construir uma nova ordem mundial socialista. Nesta luta, a classe operária e a juventude têm pela frente a tarefa de recuperar suas conquistas políticas e organizativas des-

truídas pelo estalinismo, traidor do comunismo, e restaurador do capitalismo.

Trata-se de construir em cada país o partido do proletariado, como parte da reconstrução da IV Internacional. Só se pode ser conseqüente na longa batalha contra a opressão capitalista, organizando o movimento internacional socialista. Os grandes acontecimentos, como a guerra, têm a virtude de expor todas as contradições do capitalismo, colocar à luz do dia as tarefas revolucionárias e as definições do conteúdo de classe das variantes políticas.

Frente única antiimperialista para emancipar os povos oprimidos, sob a direção da classe operária!

Defesa das nações oprimidas contra as nações opressoras!

Soberania e autodeterminação dos povos!

Abaixo a guerra do imperialismo contra o Afeganistão!

Bolívia

Imperialismo e Terrorismo burguês

É o imperialismo que gera a violência. Os atos terroristas contra os grandes edifícios utilizando aviões comerciais são a resposta à violência imperialista, aquela que se exerce sobre os países atrasados. O terrorismo islâmico é o uso da violência contra a violência imperialista, que não tolera a existência de países soberanos. Os rebeldes - são esmagados militarmente, assim demonstra o caso do Iraque ou Iugoslávia. O imperialismo procura subordinar as classes dominantes dos demais países a seus interesses. O terrorismo islâmico é uma violência que nasce no seio da riqueza do capitalismo e se concentra como propriedade individual, permitindo que os interesses e desejos individuais de um membro de uma burguesia nacional se materializem.

É um absurdo pensar que os norte-americanos são vítimas de um ato irracional. Os atos de terrorismo em seu território são conseqüências da política imperialista dos Estados Unidos. São os norte-americanos que financiaram os fundamentalistas islâmicos para desestabilizar e derrotar o governo pró-soviético instaurado no Afeganistão. Ao invés de instaurar um regime ca-

pitalista, o que pariu foi um governo teocrático, que acentuou a opressão da mulher e condenou o país a viver no atraso. O imperialismo não podia criar uma burguesia nacional afegã, era se colocar contra os seus próprios interesses. Foi a política imperialista que fortaleceu o fundamentalismo islâmico. Todo um retrocesso social. Algo semelhante ocorre nos países do Leste europeu. O desmoronamento dos países estalinistas significou o fortalecimento das idéias de tipo monárquico, ali onde existiu. Um desfecho do passado, que adquire importância política. Em sua decadência, o imperialismo não pode impulsionar o desenvolvimento capitalista nos países atrasados e muito menos o desenvolvimento das burguesias nacionais, somente pode explorá-los. Submeter suas classes dominantes.

O imperialismo leva no seu seio a barbárie. Nos acontecimentos, o governo Bush, apoiado pela Santa Aliança Imperialista, declarou guerra ao Afeganistão. Em represália aos atos de terrorismo, o imperialismo submeterá o povo afegão a um maior atraso e miséria, semeando as sementes de maior violência no futuro. No amanhã, igual ao

presente, os Estados Unidos colherão o que semearam. Violência dos países que querem se livrar da opressão imperialista.

Mas não será a rebelião de um membro da classe dominante árabe que destruirá o imperialismo. As classes dominantes dos países atrasados não têm capacidade para rebelar-se contra o imperialismo, nem mesmo criar um novo regime econômico social que possa oferecer a seus habitantes. A verdadeira força revolucionária nasce no seio das massas. O capitalismo, em sua etapa imperialista e decadente, acentua a concentração de riqueza nas mãos de poucos, processo que agudiza a exploração do homem pelo homem. É a opressão e exploração do homem que se traduz em violência. Dos milhões de trabalhadores que são condenados a viver no desemprego, atraso e na miséria que nascerá a verdadeira rebelião antiimperialista. São estes que darão conta do imperialismo e de seus agentes internos, as classes dominantes.

(Extraído do Jornal Massas, n.1777, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia).